

# Previstas novas pressões inflacionárias

MILANO LOPES  
Da sucursal de BRASÍLIA

Apesar da rigidez prometida para a política monetária em 1981, a liberação dos preços no setor industrial e os investimentos nos programas substitutivos de energia exercerão inevitável pressão inflacionária, capaz de neutralizar o esforço do controle da inflação pela via da limitação do crédito. Por essa razão, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, vem-se recusando a fazer estimativas sobre a taxa inflacionária deste ano, preferindo admitir que ela ficará cerca de 15 pontos abaixo da inflação do ano passado, o que significará uma taxa em torno de 100%.

Dentro dessa realidade, a estimativa do ministro da Fazenda, Ernane Galvão, de uma inflação de 70% no corrente ano, não é levada em consideração pelo setor empresarial e nem mesmo pelos executivos governamentais, que preferem explicá-la como um dos componentes do "marketing" antinflacionário. É evidente — explica um técnico — que, se o governo, no início do ano, pregar uma inflação de 100%, ela terá todas as chances de dobrar no final do exercício.

O governo decidiu promover uma liberação gradual dos preços dos produtos do setor industrial, que estavam sob severa administração da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), como forma de recompor os lucros dos empresários, dando-lhes a oportunidade de participar do esforço de aumento da poupança interna, para financiar a indústria, as exportações e a substituição energética.

Contudo, prevendo os efeitos inflacionários dessa liberação de preços, o ministro do Planejamento está propenso a reduzir a velocidade das liberações, para diluir o impacto na inflação. A previsão inicial de ir liberando, à proporção em que forem vencendo, os prazos dos reajustes será substituída por uma atitude de maior prudência.

Alguns segmentos de grande sensibilidade no comportamento dos índices de preços, como a indústria de esmagamento da soja, que produz os óleos comestíveis, terão dificuldades para obter uma liberação total de seus preços. Nesse caso específico, além da influência nos índices de custo de vida, especialmente no INPC, transformado no principal indexador da economia, uma liberação nos preços da soja e de seus derivados poderia estimular uma corrida com os preços no mercado internacional, altamente desvantajosa para o consumidor brasileiro.

É previsível, portanto, um recuo do governo em relação à liberação dos preços da soja e derivados, preferindo o ministro Delfim Netto assumir os riscos de novo confronto com os produtores e exportadores do Sul.

## PRESSÃO DA ENERGIA

Para explicar a pressão inflacionária do programa de substituição energética, os executivos governamentais "descobriram" que o Proálcool, a Ferrovia do Aço, os metrô e o programa de economia de combustíveis, que o Ministério dos Transportes vem realizando por intermédio da EBTU com os Estados e principais municípios brasileiros, têm uma grave componente inflacionária, embora alguns deles produzam efeitos salutares em termos de balanço de pagamentos.

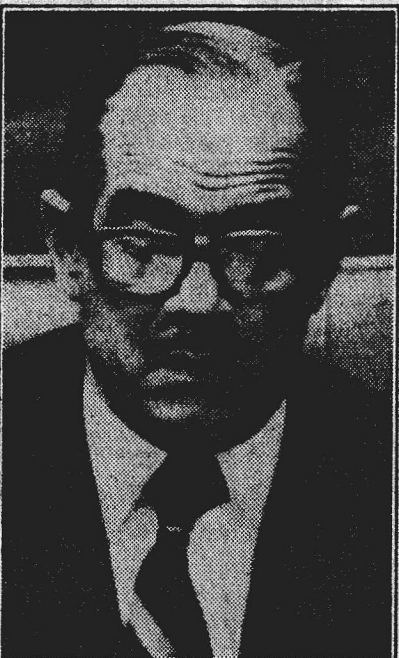
Para esses técnicos, se, de um lado, o Proálcool, ao provocar uma redução no consumo de gasolina, produz uma queda nas importações de petróleo e, portanto, favorece o balanço de paga-



Delfim admite taxa de 100%

mentos, por outro, nada agrega à economia em termos de crescimento do produto. Ocorre — lembram — que o resultado do Proálcool tem de ser medido, também, em termos de passageiros/quilômetro. Se não há um aumento dessa relação, nada é adicionado à economia e se estará apenas substituindo a gasolina pelo álcool.

No caso dos metrô do Rio e de São Paulo, que consumirão, juntos, mais de 60 bilhões de cruzeiros, este ano, o exemplo é ainda mais ilustrativo: haverá, tão-somente, uma substituição de modo de transporte, transferindo-se para o subsolo os passageiros que são conduzidos na superfície. Há uma substituição do óleo diesel dos coletivos pela energia elétrica dos trens do metrô, mas, como não se aumenta a oferta de transporte, em termos de passageiro/quilômetro, não há um resultado líquido para a economia, embora os efeitos inflacionários desse investimento sejam visíveis.



Galvão: só "marketing"

No mesmo nível de argumentação, colocam os executivos governamentais a Ferrovia do Aço, o Programa do Carvão e outras iniciativas destinadas à mudança do perfil energético do País. O que se está realizando agora — diz um técnico — é uma substituição qualitativa da economia, por meio de seu ajustamento à nova realidade energética mundial, mas isso está sendo feito às custas de uma inflação difícil de controlar.

Como os investimentos substitutivos de energia vão crescer ainda mais este ano, desobriga-se o governo de compromissos envolvendo uma queda substancial na taxa inflacionária, a despeito dos custos sociais da repetição, pelo segundo ano consecutivo, de uma inflação de três dígitos.

## A CONTRA-OFFENSIVA

Para combater a inflação, neutralizando os efeitos da liberação dos preços e dos investimentos no setor de energia, o governo conta com uma política monetária ainda mais estreita do que a de 1980 e com uma safra agrícola 10 a 12% acima da colhida no ano passado.

O controle pela via monetária — limitação em 50% do crescimento dos principais indicadores monetários, como meios de pagamento, base monetária e crédito ao setor privado pelos bancos em geral, inclusive os estatais — fica, contudo, condicionado a uma queda sensível no crescimento do produto e ao êxito do apelo governamental para a redução do consumo e o aumento da poupança.

Em 1980, o governo fixou para o Banco do Brasil uma expansão de 45% de suas aplicações sobre o saldo de 31 de dezembro de 1979, mas o exercício foi encerrado com o BB exibindo um crescimento de 65% de suas aplicações, motivado sobretudo pela execução das "contas em aberto" do orçamento monetário, beneficiando a agricultura, no plano do crédito de custeio, e as exportações.

Essa expansão de 65% só foi obtida graças a uma redução drástica nas aplicações normais do Banco do Brasil, sobretudo nas dirigidas ao comércio e à indústria, restrição que não poderá voltar a ser aplicada com o mesmo rigor em 1981, sob pena de o banco abandonar sua atuação em dois importantes setores da economia, por ele sempre atendidos.

A alternativa é um controle das "contas em aberto", agora classificadas como "contas prioritárias", estabelecendo-se tetos rígidos, a partir dos quais não se permitirá grandes excessos. Embora o aumento dos juros do crédito subsidiado tenha representado um esforço do governo no sentido de induzir uma maior contrapartida de recursos próprios para aplicação pelos produtores rurais, o efeito de redução da massa subsidiada poderá ser neutralizado, se se repetir, este ano, uma inflação na faixa dos 100%, hipótese em que continuará alarmante o diferencial de taxas de juros subsidiados em relação aos praticados no segmento livre do mercado. Também deve ser considerado que, este ano, o governo não contará com a ajuda das contas cambiais, que em 1980 operaram como mecanismo contracionista da base monetária. Com as reservas no limite mínimo de segurança, as autoridades terão de recorrer a outras fontes de recursos não-inflacionários e as opções, nesse caso, limitam-se quase exclusivamente à via fiscal, conforme ocorreu com o IOF, que teve sua alíquota incidente sobre as importações elevada de 15 para 25%. Mas, nessa hipótese, também serão inevitáveis os efeitos inflacionários.